

## A MICROTAPONÍMIA NAS INTERAÇÕES INDIVÍDUO-MUNDO E INDIVÍDUO-INDIVÍDUO

Hildo Honório do Couto (*Universidade de Brasília*)

**Abstract:** One of the main purposes of this article is to discuss the names the members of a small speech Community of Minas Gerais' hinterland give to aspects of their surroundings, such as hills, wood, trees, brooks, that is, every accident that somehow call their attention. Following the theory and methodology of Ecosystemic Linguistics the essay shows that the names given to these accidents arise due to a need the locals have to communicate about them. Thus, the double-face of ecological interactions shows up: organism-world interactions, organism-organism interactions. The former correspond to the linguistic process of reference; the latter, to communication. In fact, people refer to something outside language by communicating and communicate by referring to something outside language. It is additionally shown that this process follows an onomasiological and semasiological sequence, including so-called "pronouns" which, to say the truth, are ontogenetically and philogenetically replaced by nouns.

**Key-words:** Micro-toponyms; communication and expression; speech Community; lexicogeny.

**Resumo:** Um dos principais objetivos deste artigo é discutir os nomes que os membros de uma pequena comunidade de fala do interior de Minas Gerais dão a aspectos de seu entorno tais como colinas, bosques, árvores, córregos, enfim, todo acidente geográfico que de alguma forma chame a atenção. Seguindo a teoria e a metodologia da Linguística Ecológica, o ensaio mostra que os nomes nascem devido à necessidade que os locais têm de se comunicar sobre esses acidentes. Nesse processo, mostra-se a dupla face das interações ecológicas: interações organismo-mundo e interações organismo-organismo. Linguístico-ecossistemicamente, as primeiras são a referência; as segundas, a comunicação. As pessoas se referem a algo fora da linguagem se comunicando e se comunicam referindo-se a algo fora da linguagem. O artigo mostra adicionalmente o processo onomasiológico de surgimento das palavras e sua confirmação semasiológica, inclusive nos chamados "pronomes" que, na verdade, ontogenética e filogeneticamente são depois substituídos por "nomes".

**Palavras-chave:** Micro-topônimos; comunicação e expressão; comunidade de fala; lexicogenia.

### 1. Introdução

O objetivo deste ensaio é discutir a microtoponímia de uma pequena região em que se encontrava uma família formando o que chamei de Fazenda do Zé Artino, e que aqui será chamada Fazenda Capivarinha. A discussão será feita partindo da perspectiva da linguística ecossistêmica, exposta em Couto (2015), além de publicações mais recentes. A toponímia (literalmente "estudo dos nomes de lugares") é parte do vocabulário geral da língua. A microtoponímia é parte da toponímia e refere-se a denominações de acidentes e fenômenos existentes em territórios de pequenas dimensões, como os da fazenda em questão. Ela é parte do vocabulário geral da linguagem da comunidade de fala formada por essa família e agregados. Além da toponímia, eventualmente poderão entrar alguns hidrônimos, fitônimos e, eventualmente, até zoônimos e antropônimos.

Os dados são antigos. Eles foram coletados em 1974 e divulgados em manuscrito inédito pela primeira vez em Couto (1974: 39-42). Um pouco mais tarde eles foram interpretados semioticamente em Couto (1983: 118-119, 125). Em Couto (2007: 255-257), esses dados foram submetidos a uma análise ecolinguística, como a disciplina era entendida até então. Finalmente, em Couto (2016: 56-57) eles foram integrados em um estudo detalhado da comunidade de fala Fazenda do Zé Artino, dessa vez pelo viés da linguística ecossistêmica.

No presente ensaio os dados serão retomados a fim de discutir a questão da significação (referência, designação, denominação, nomeação) associada à comunicação. Veremos que significação (referência) e comunicação (interação comunicativa) não existem nem podem ser estudadas independentemente uma da outra, como infelizmente tem sido feito tradicionalmente por filósofos, semioticistas e até por estudiosos da língua como interação. Enfim, como é estudada por praticamente todos os praticantes da linguística tradicional, ou linguística ortodoxa, como diz Kravchenko (2016).

A foco na microtoponímia, num recorte que a separa da microantroponímia e dos demais setores do vocabulário, é feito apenas provisoriamente e para finalidades operatórias. Isto é feito usando o método da focalização (*focussing method*), proposto originalmente por Garner (2004: 302-203, 215) e retomado em Couto (2018). Este segundo artigo inclui um histórico do que levou a esse método ao longo do tempo.

Não apresentarei todos os conceitos da linguística ecossistêmica que serão utilizados, pois eles já estão amplamente discutidos em diversas publicações, começando pelo já mencionado Couto (2015). No entanto, o conceito de comunidade de fala deve ser ressaltado, pois, além de ser de

fundamental importância na teoria, os microtopônimos serão investigados justamente como foram utilizados pelos membros de uma comunidade de fala específica, a Fazenda Capivarinha, discutida pormenorizadamente em Couto (2016). Como se pode ver nesse artigo, comunidade de fala é qualquer domínio que o investigador delimite para estudar, domínio (T) no qual convive um grupo de pessoas (P) interagindo pelo modo tradicional de interagir, sua linguagem (L). Há comunidades de fala de tamanhos os mais diversos. Como no caso do ecossistema da ecologia biológica, também o ecossistema linguístico comunidade de fala é delimitado pelo observador.

É importante ressaltar também que na linguística ecossistêmica se faz uma distinção clara entre língua e linguagem. Língua está no domínio da comunidade de língua, isto é, daquilo que chamamos laicamente de língua. A comunidade de língua inglesa, por exemplo, compreende Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, além de outros países. Portanto, língua inglesa é a língua dessas regiões do mundo. A comunidade de língua iualapiti, por seu turno, compreende o pequeno grupo de iualapitis que vivem no Parque Indígena do Xingu.

O conceito de linguagem é mais amplo. Ele se refere a qualquer modo de os membros de determinado grupo de qualquer tamanho interagirem comunicativamente entre si de modo constante. Essa linguagem pode conter algo da língua do domínio mais amplo, a língua estatal (“padrão”), mas não se restringe a ela. A comunidade de fala pode até ser bilíngue ou multilíngue, como a comunidade de fala da cidade de Bruxelas, entre muitas outras. O modo pelo qual os membros da comunidade de fala Fazenda Capivarinha se comunicam é a sua linguagem. Tanto língua quanto linguagem são representadas por L, uma vez que ambas são parte do ecossistema linguístico que, como já sugerido, consta de um grupo de pessoas (P) que interagem por meio dessa L e de um lugar ou território (T) em que vivem.

## **2. Toponímia, microtoponímia e etnotoponímia**

De modo simples e direto, toponímia é o estudo dos nomes de lugares e acidentes geográficos. De um modo geral, quando se fala em toponímia se pensa nos nomes de lugares e de acidentes geográficos de grandes extensões territoriais, como os de um país ou de um continente. No presente ensaio, falarei de nomes de lugares e acidentes de pequenas dimensões, localizados no pequeno trato de terra em que existiu a comunidade de fala Fazenda do Zé Artino ou Fazenda Capivarinha. Como já dito na Introdução, essa comunidade foi estudada pela primeira vez em Couto (1974) de modo um tanto amador e reinterpretada semioticamente em Couto (1983). Foi só 42 anos após a

## ECO-REBEL

primeira tentativa de interpretação que ela foi minuciosamente estudada da perspectiva da linguística ecossistêmica (COUTO, 2016).

Os topônimos designam o que representa a base para a existência de uma comunidade, de um ecossistema linguístico, o lugar em que as pessoas convivem, o seu território. No caso da comunidade de língua, de dimensões maiores, eles podem não estar tão presentes no dia a dia das pessoas, mas são balizas para a identidade do território. Tanto que ele é um dos primeiros, se não o primeiro, a receber um nome. O território é tão básico que sem ele não há pessoas; sem pessoas não há língua; sem língua, não há comunidade linguística, ou seja, ecossistema linguístico. O antropogeógrafo alemão Friedrich Ratzel disse que "os seres humanos são inconcebíveis sem a superfície terrestre, assim como a maior obra humana sobre a terra, o estado" (RATZEL, 1923, p. 2). Ainda segundo ele, "o estado precisa viver da terra"; "as propriedades do estado consistem nas propriedades do povo e nas do solo" (p. 4). No caso, estado (*Staat*) inclui língua.

A discípula americana de Ratzel, Ellen Semple, segue a mesma linha de raciocínio. Para ela, "o homem é um produto da superfície da terra. Isso significa não apenas que ele é filho da terra, pó de seu pó, mas também que a terra o pariu, alimentou-o, atribuiu-lhe tarefas, direcionou seus pensamentos, apresentou-lhe dificuldades que fortaleceram seu corpo e aguçou seus sentidos" (SEMPLE, 19412, p. 1). Por isso, "cada clã, tribo, estado ou nação incluem duas ideias, um povo e seu território, o primeiro impensável sem o segundo" (p. 51). Apesar de tudo isso, "a maior parte dos sistemas de sociologia trata o homem como se ele fosse de alguma maneira desligado da superfície da terra; eles ignoram a base terrena da sociedade" (p. 53). Isso é tão importante que "quanto mais frouxa for a conexão entre terra e povo, mais frouxo será o tipo de organização social" (p. 58), ou seja, "a terra é a força dominante na coesão da sociedade" (p. 58). Na linguística ecossistêmica, até mesmo a interação comunicativa (diálogo) entre duas pessoas só é possível se elas se encontram no mesmo espaço físico, pelo menos na situação prototípica. Atualmente, o diálogo pode se dar à distância, não apenas na terra, mas inclusive com alguém em uma nave espacial. Mas, a base é sempre a mesma: o diálogo prototípico consta de duas pessoas copresentes em determinado lugar, uma de frente para a outra, como prevê a primeira regra interacional. No caso da comunidade de fala Fazenda Capivarinha, essa era a única maneira de as pessoas interagirem comunicativamente. Não havia nenhum substituto.

O território (T) da comunidade de fala, assim como o de qualquer ecossistema linguístico, ou seja, o *locus* dos referentes dos termos estudados pela toponímia pode ser enquadrado no que Edward

## ECO-REBEL

Sapir chamou de "fatores físicos". De acordo com ele, "por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo" (SAPIR, 2016, p. 37). Trata-se, como se vê, do que os ecólogos chamam de biótopo.

Por se tratar de nomes de lugares e acidentes de uma pequena região, tem-se usado o termo microtoponímia para designá-los. Por serem esses nomes usados em pequenas comunidades, nas etnociências seu estudo é chamado de etnotoponímia. Essas três denominações (toponímia, microtoponímia, etnotoponímia) representam três perspectivas diferentes a partir das quais se pode olhar para os dados em questão. Na linguística ecossistêmica eles são incluídos no sub-ramo denominado etnoecologia linguística, proposta pela primeira vez em Couto (2007: 219-280). Ela compreende pelo menos a etnobotânica, a etnozologia e a etnomedicina, além dos etnotopônimos e etnoantropônimos. A etnobotânica foi investigada por Araújo (2014), em seu estudo sobre "o léxico que compõe o conhecimento etnobotânico da Comunidade Quilombola Kalunga, situada na região nordeste do estado de Goiás", como o autor esclarece já no Resumo de sua tese de doutorado.

Os antropônimos (microantropônimos, etnoantropônimos) estão no mesmo nível dos topônimos, talvez até os preceda cronologicamente. Com efeito, eles designam os usuários da linguagem, os que dão nome aos lugares e acidentes da paisagem que são importantes para a vida no local e/ou que de alguma forma chamam a atenção. Na verdade, são os usuários dos antropônimos que criam e usam os topônimos. O fato é que todos eles, microtopônimos e microantropônimos, fazem parte do vocabulário da linguagem dos habitantes da Fazenda Capivarinha. Na monografia de 1974 eu usei o termo "telurismo" para caracterizar as íntimas relações que existiam entre as pessoas, seu lugar e sua língua. Como no nó de Borromeu, se se fizer a excisão de qualquer um deles (L, P, T), o todo esboroa. Aliás, isso vale para qualquer comunidade de fala/língua, como a de pequenos grupos étnicos, entre os quais incluem-se ameríndios, africanos, papuanos etc.

O ecolinguista australiano Joshua Nash foi um dos primeiros, se não o primeiro a tratar da toponímia na ecolinguística. Ele fez minuciosas investigações nas Ilhas Norfolk, pertencentes à Austrália. Além de ideias importantes para uma abordagem ecolinguística da toponímia, o autor remete a mais bibliografias sobre o assunto (NASH, 2015). Antes dele, provavelmente apenas seu ex-orientador Peter Mühlhäusler tenha tocado em questões toponímicas, ainda que de modo

incipiente e indireto. Para uma primeira abordagem sobre aspectos toponímicos da realidade brasileira, pode-se começar por Castro (2015) e Siqueira (2015).

### 3. Microtopônimos relacionados à fazenda Capivarinha

Tratarei não só dos “pontos”, lugares, acidentes etc. que os membros da comunidade de fala Fazenda Capivarinha identificavam no interior da própria comunidade, mas também dos que circundavam o núcleo da comunidade, a casa e a própria fazenda, além dos que sentiram necessidade de nomear no caminho que levava da fazenda a Capelinha do Chumbo. Como se verá, nomearam não propriamente os acidentes mais evidentes ou mais chamativos, mas aqueles que representavam algum interesse, serviam de ponto de referência para alguma coisa em sua luta pela sobrevivência ou tinham alguma outra "utilidade" para os membros da comunidade. Como disse Edward Sapir, "a mera existência, por exemplo, de uma espécie animal no ambiente físico de um povo não basta para fazer surgir um símbolo linguístico correspondente. É preciso que o animal seja conhecido pelos membros do grupo em geral e que eles tenham nele algum interesse, por mínimo que seja, antes da língua da comunidade ser levada a reportar-se a esse elemento particular físico". O que Sapir disse da zoonímia vale para qualquer acidente ou fenômeno existente no entorno da comunidade (SAPIR, 2016, p. 37).

Começemos pelos microtopônimos referentes aos lugares, cursos d'água e outros acidentes que circundam a fazenda. Ao norte ficava a *Serra do Parmital* e o *Corgo da Capivarinha*; este último deu nome à comunidade ora investigada. Ao sul encontravam-se *Capelinha do Chumbo* e o *Corgo das Batata*, região também conhecida como *Corgo dos Miguel*, por ser habitada pela família que tinha *Miguel* por sobrenome. A leste estava *Horizonte Alegre*, alternativamente chamado de *os Tavar*, pelo fato de ter sido a família dos *Tavar* (Tavares) que tentou criar um povoado no local, o que até hoje não se consolidou, provavelmente por se tratar de uma região muito alta e com difícil acesso à água. A oeste ficava a fazenda do *Nadim* (<Leonardo) e, um pouco além dela, a *Serra da Roxa*, nome da proprietária da fazenda adjacente a ela.

Passemos aos nomes dos lugares e acidentes que se encontravam no interior da fazenda, com os quais, portanto, os membros da família mantinham um contato diuturno e mais íntimo. Na face leste da casa, havia umas três ou quatro árvores que chamavam a atenção dos membros da família do *Zé Artino* (ou *Zé do Artino* ou *Isé*)<sup>1</sup>: eram dois ou três pés de *binga*, árvores imponentes que cobriam o sol nascente e que tinham esse nome por produzirem uma semente cujo casco se

## ECO-REBEL

assemelha a uma *binga*, isto é, isqueiro mecânico, constituído de um pequeno tubo, contendo um tipo de cinza inflamável, uma pedra na qual se fricciona uma peça de metal chamada *fuzil* para produzir as faíscas que transformam a cinza em brasa. Menos significativa parecia ser uma pequena árvore ao lado das *Binga*, a *Arvinha*. Ela era bem menor do que as *Binga* (jequitibás). No entanto, tinha bastante folhagem, estava no galho de estrada que partia para a casa e na qual as crianças brincavam com muita frequência. Talvez sua copa arredondada é que tenha chamado mais a atenção. A *Arvinha* e os *Pé de Binga* estavam situadas a uns cem/duzentos metros da casa.

A fazenda compreendia a *Casa*, em volta da qual estavam o *Curral*, o *Chiquero*, o *Quintal* e a *Manguera* (pequeno cercado em que se colocavam porcos), por um lado, e, por outro, o *Pasto de Cima* e o *Pastinho*. Além disso os moradores distinguiam a *Istrada*, por um lado, que vinha do *Parmital* (espigão maior e mais distante, em torno do qual havia várias fazendas) e passava pela *Arvinha* e pelos *Pé de Binga*, em direção a Capelinha do Chumbo, da *Linha*, por outro lado, a estrada para automóveis que ligava Capelinha do Chumbo a Patos de Minas (*Os Pato*), passando a uma distância em que se avistavam os carros transitarem. Aliás, *carro* significava, na linguagem local, carro de boi, pois o carro era chamado de *otomóve*).

A própria casa apresentava divisões, como sói acontecer, cada uma delas com seu nome. Como já avançado em Couto (2007, p. 257), "havia o *Terrero*, parte sem grama do quintal que ficava à porta da *Cozinha*. Temos também a *Sala*, o *Quarto dos Menino*, o *Quarto das Menina*, o *Quarto do Casal*, o *Chiquero* e o *Paiol* (depósito do milho)", acima do *Chiquero*. Tudo isso tinha uma função prática na orientação espacial das pessoas e para distingui-las por faixa etária/hierárquica, por sexo etc., vale dizer, para mostrar como se organizava o ecossistema linguístico local. Os cômodos e arredores imediatos da casa recebiam nome porque as pessoas precisavam falar deles e falavam deles porque de certa forma representavam a estrutura familiar.

Além dos topônimos já referidos, havia outros que às vezes eram desconhecidos dos de fora. Assim, o *Ispigão* era um espigão situado em um ponto extremo da fazenda, no lado sudeste. Sua importância estava não só em ser ponto extremo, mas também no fato de que quando uma *reis*, (*boi* ou *vaca*) ou um *animal* (= *cavalo* ou *égua*) ia para lá, era difícil encontrá-la, pois era o último lugar a que se ia. A *Lagoa* recebeu um nome por ser também um ponto extremo, no lado nordeste. Não era uma lagoa perene; ela só tinha água quando chovia muito, momento em que se enchia de água por ser o lugar como uma bacia, ou uma boca de vulcão. Era o lugar mais retirado da *Casa*, ou sede da fazenda. Nos fundos da *Casa* passava um pequeno córrego que desaguava em um maior

## ECO-REBEL

que vinha “lá do *Nadim*”, isto é, da fazenda do *Nadim*. Nenhum dos córregos tinha nome. No entanto, quando se fazia necessário falar de um deles, as pessoas diziam *Nosso Corguinho* ou *o Nosso Corgo*, por oposição ao *Corgo do Nadim*. O pedaço da fazenda próximo à do *Nadim*, situado dentro do ângulo formado pelo encontro dos dois córregos, era também *Ispigão*. Quando era necessário fazer distinção entre este e o outro espigão já mencionado, diziam *o Ispigão do Nadim* para este e *o Ispigão do Quinca*, para o outro, pois a fazenda que ficava além dele era do *Quinca* (Quincas, da família dos *Miguel*). Há ainda o *Oi d'água* (= olho d'água, fonte), a nascente de *Nosso Corgo*. Aparentemente ela não tinha a menor importância, mesmo porque logo acima dela estava um bosque muito mais chamativo, além de um canavial mais acima, chamado de *As Cana*. No entanto, o *Oi d'água* era um dos lugares onde as crianças brincavam, daí este nome ser usado quase que exclusivamente por elas. Ao lado do *Corgo do Nadim* havia um outro espigão, coberto de vegetação, principalmente arbustos: era a *Capuera* (capoeira). Além de estar numa posição imponente, a capoeira situava-se no caminho que ia para a fazenda do *Josia* (marido da *Derça*, irmã do *Zé Artino*) e para a do *Nego* (irmão mais novo do *Zé Artino*).

No caminho que vinha do *Parmital* e levava a *Capelinha do Chumbo*, os membros da comunidade de fala Fazenda Capivarinha nomeavam, primeiramente a própria *Capivarinha*, logo em seguida a *Lagoa dos Miguel* e, um pouco mais adiante, o *Jeromo Bacaxi* (Jerônimo Abacaxi). Ele era o dono de uma chácara ao longo da estrada, famosa como produtora de abacaxi, que ele vendia para a vizinhança. Logo a seguir passava-se pelo *Mato Seco*, pela *Barriguda* (uma paineira velha), pelo *Morro Vermeio*, pela *Cruizinha* (= cruzinha), pelo *Morro de Pedra*, pela *Catiara* (já na entrada de e um verdadeiro “bairro” de Capelinha do Chumbo”), pelo *Cimintero* (= cemitério) e, finalmente, se entrava em Capelinha do Chumbo.

A pergunta que se impõe é por que será que uma árvore velha (*Barriguda*), talvez secular, sem nada de especial, era ponto de referência? Ao seu lado havia uma série de coqueiros e algumas mangueiras, muito mais chamativos. Por que o “ponto” não ficou sendo chamado *Os Coquero* ou *As Manguera*, ou até *As Manga*, paralelamente a *As Cana* (o canavial)? Talvez a explicação esteja numa velha lenda que dizia que debaixo da paineira existia um tesouro enterrado, mas que ninguém conseguia arrancar de lá, pois apareciam *uns trem esquisito*, o capeta, e não o deixavam. A *Cruizinha* parece mais difícil ainda de explicar. No entanto, ela está num trato de estrada muito longo (entre o *Morro de Pedra* e a *Catiara*) e, como não havia nenhum outro acidente que servisse de referência (o trecho é uma chapada), então ela passou a ser significativa para os passantes.



## ECO-REBEL

Quanto a *Catiara*, a fama se devia à sua antiga “má fama”: era a zona das mulheres de “vida fácil”, no tempo em que o garimpo fazia grandes riquezas na região. Assim sendo, o nome perdura até hoje. O *Mato Seco* situa-se numa curva de caminho a uns duzentos metros da *Barriguda*. Mas, seu tamanho (não muito grande em termos relativos) chama a atenção. Além do mais contavam-se muitas histórias de “assombrações” que assustavam os transeuntes noturnos. Quanto ao *Morro Vermeio* e o *Morro de Pedra*, as próprias designações descritivas já dizem por que receberam nomes. O *Cimintéro* dispensa comentários, além de estar entre *Catiara* e a *praça* de Capelinha do Chumbo propriamente dita.

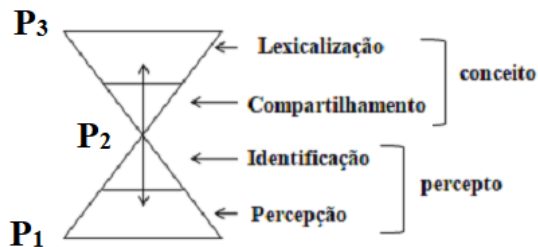
Praticamente todos os acidentes externos à fazenda são de conhecimento geral, quase oficial, servindo de baliza até mesmo para as autoridades do governo demarcarem distritos ou mesmo limites de fazenda. No entanto, a família em questão distinguia aspectos da paisagem sem a menor importância para os de fora (não da família), mas que eram de importância vital para seus membros, pois serviam como pontos de referência. Para se identificarem como grupo dentro da sociedade mais ampla, os membros desta família tinham que ter um conjunto de regras e palavras próprias, para orientação e controle do comportamento dentro do minigrupo que era a família. Tratava-se de orientação no domínio espacial, o que em zoo-semiótica e, mais especificamente, em etologia recebe o nome de territorialidade. Segundo Sebeok (1973) é ela que determina a distância individual, a área defendida como própria etc. Para Preziosi (1977), trata-se de uma parte do ambiente construído ou arquitetura, que é intervenção feita pelo homem na natureza, sob a forma de classificação, a fim de tornar possível a existência dos grupos e da convivência social. Por outras palavras, o pré-requisito para a existência de um grupo é um lugar onde seus membros possam conviver. Da convivência dos indivíduos surge sempre uma linguagem própria, que é o elo psicossocial que faz do aglomerado de pessoas um ecossistema linguístico, uma comunidade de fala, uma comunidade, vale dizer, um todo socialmente organizado. Entre os primeiros itens dessa linguagem estão justamente os aqui estudados, os topônimos.

#### **4. Os topônimos na interação referencial e na interação comunicativa**

Antes de falar da interação comunicativa (comunicação) e da interação referencial (referência), vale a pena recordar que a linguística ecossistêmica adota os conceitos de interação pessoa-pessoa e interação pessoa-mundo, correspondentes aos de interação organismo-organismo e interação organismo-mundo da ecologia biológica. Sabemos que língua é antes de tudo interação com o que,

## ECO-REBEL

no ecossistema linguístico, L é o equivalente do I de interação do ecossistema biológico. Pois bem, essas duas interações são as duas faces da linguagem. Para entendê-las, vejamos na figura 1 a ampulheta da lexicalização, atualizada em relação à apresentada pela primeira vez em Couto (2007: 123). Essa figura deve ser lida inicialmente de baixo para cima, seguindo o percurso onomasiológico (da coisa ao nome). A base é representada por P<sub>1</sub>, que indica cada um dos indivíduos ou pessoas (P) de carne e osso, com nome próprio, que compõem o ecossistema natural da língua da pequena comunidade de fala ora examinada. São eles o pai (*Isé*), a mãe (*Conceição*) e os filhos *Dinho*, *Ilma* e *Datim*<sup>1</sup>. No centro (P<sub>2</sub>), só se considera o sistema nervoso, sobretudo o cérebro e a respectiva mente que, juntamente com a lado mental da língua constituem o ecossistema mental da língua. P<sub>2</sub> está justamente para o agente das interações mentais (neurônios, axônios, sinapses), interações essas que constituem a língua como fenômeno mental (L<sub>2</sub>) e cujo *locus* é o cérebro com o sistema nervoso. No terceiro nível, P<sub>3</sub> representa cada um dos (e todos os) indivíduos da comunidade organizados socialmente, como interindividualidades, seres sociais, com diversos papéis na sociedade. O lugar, “território”, o *locus* (T<sub>3</sub>) dessas interações ou interações comunicativas é a sociedade<sup>2</sup>.



**Ampulheta da Lexicalização**

Fig. 1

Da interação visual que o menino *Dinho* começou a ter com uma pequena árvore que ficava a uns cem/duzentos metros de sua casa, acompanhada de uma interação tátil, e talvez até olfativa, logo que pôde se locomover até ela, *Dinho* começou a senti-la, percebê-la, momento da percepção. Como a árvore estava muito próxima à porta da sala da casa, o contato, a interação com ela foi se intensificando, ao ponto de ele passar reconhecê-la, a identificá-la (identificação). Nesse momento, passou a haver uma certa consciência da existência da árvore. *Dinho* começou a ter uma imagem da árvore em sua mente/cérebro, em sua memória. Ele passou a ter um percepto em seu “conhecimento”, “conhecimento” inteiramente individual, que poderíamos chamar de

## ECO-REBEL

conhecimento perceptual. A árvore é aproximadamente o ‘objeto’ e o percepto a ‘imagem’ de Damásio (2002, p. 224-225).

Isso começou a mudar partir do momento em que o irmão *Datim*, quatro anos mais novo, começou a ter a mesma experiência, e certamente passou pelos dois momentos, da percepção e da identificação, concluindo a etapa de formação de uma imagem da árvore e adquirindo o respectivo percepto. A ida dos dois juntos à árvore e o fato de interagirem com ela, inclusive trepando nela, levou a um compartilhamento de toda essa experiência. Esse compartilhamento fez com que os dois irmãos começassem a interagir entre si referindo-se ela, a falarem sobre ela, com o que surgiu naturalmente um novo item lexical para designá-la, ou seja, a palavra *arvinha*, momento da lexicalização. Tudo isso foi reforçado mediante o compartilhamento da experiência com os outros membros da família. Por outras palavras, interações *Dinho-Datim*, por um lado, e *Dinho-árvore* e *Datim-árvore*, por outro, que são a interação comunicativa entre os dois sobre ela, levaram necessariamente à necessidade de um nome para a pequena árvore, que, metaforicamente passou a ser *Arvinha*, momento da lexicalização, e os dois irmãos passaram a compartilhar um novo conceito e um novo item lexical, uma nova palavra. Nesse momento, eles passaram a ter um conhecimento conceptual da pequena árvore.

Logo em seguida, apareceu o menino *Osmar*, que morava na fazenda limítrofe, do *Juca Juvenço*, e que começou a brincar com *Dinho* e *Datim* na *Arvinha*. Nesse momento, o compartilhamento se ampliou para fora dos limites da pequena comunidade de fala, reforçando a existência do novo conceito e respectivo item lexical. Aliás, a própria conformação etimológica dos termos “percepto” e “conceito” já deixa entrever a diferença entre os dois momentos, ou seja, do conhecimento perceptual e do conhecimento conceptual. “Percepto” provém de “per+captum”, em que “per” equivale aproximadamente à preposição portuguesa “por”; “captum” é o particípio passado do verbo “cápere” (prender, pegar). Portanto, o *percepto* é o resultado do que foi pego, captado mediante um (ou mais de um) dos cinco sentidos, logo, trata-se de um fenômeno individual. Quanto a “conceito”, vem do mesmo “captum”, mas combinado com “cum/com”, preposição que indica companhia, associação e, conseqüentemente, é de natureza compartilhada, comunitária, social. Conceito é aquilo que é captado com, ou seja, por mais de uma pessoa, coletivamente, socialmente. Como Pottier (1962) mostrou, prefixos são preposições que adquirem uma outra função. No português temos “sabido” (em geral por uma única pessoa) e “consabido” (‘sabido por muitos’, *Aurélio*).

## ECO-REBEL

A seta ascendente mostra o percurso da formação do item lexical, chamado de percurso onomasiológico, aquele que vai da coisa ao nome. Mas, como na língua em geral, após formado, o item lexical pode ser aplicado a outros referentes, a outras coisas. É o caso de *ispigão*, que surgiu para designar originalmente o espigão que ficava próximo à fazenda do *Quinca*. Logo em seguida o nome foi aplicado a pelo menos mais dois acidentes geográficos: o *Ispigão do Nadim* e aquele em que ficava a *Capuera*. Na etnoantroponímia temos mais dois exemplos. O item lexical *Artu* surgiu para designar originalmente o tio paterno da mãe de *Dinho* e *Datim* (*Conceição*), que era o *Artu* (*Artur*, "nome de registro"). Como o *Artu* era muito *seguro*, isto é, avaro, pão-duro, mão de vaca, o *Datim* e sua família passou a usar a palavra *artu* para qualificar qualquer pessoa sovina. Após formado, o item lexical passou a ser usado para designar adicionalmente qualquer pessoa que tivesse a qualidade da sovínice. Do nome (*artu*) aos novos referentes, da palavra à nova "coisa", tem-se o percurso inverso ao da onomasiologia, ou seja, o percurso semasiológico. A palavra *coco*, designa o fruto do *coquero* (macaúba), palmeira espinhosa cuja polpa e castanha são comestíveis (onomasiologia). Talvez dada a forma esférica perfeita do coco, com casca resistente e castanha bastante durável, o nome passou a designar também uma pessoa saudável (semasiologia): *Ela tá um coco* (ela está muito bem, saudável). Pode acontecer também de um único ser/fenômeno/coisa receber mais de um nome (onomasiologia), como ocorre com o *pater famílias*: no interior da família ele era chamado de *pai* pelas filhas, *Isé* pelos filhos e *José* pela esposa (*Conceição*). Nos parentes próximos (sua família estendida), ele era chamado *Tisé* pelos sobrinhos, *Isé* pelos cinco irmãos e *cumpade Zé* pelos cunhados. Os vizinhos não parentes o chamavam de *Zé Artino* ou *Zé do Artino* (cf. COUTO, 2016).

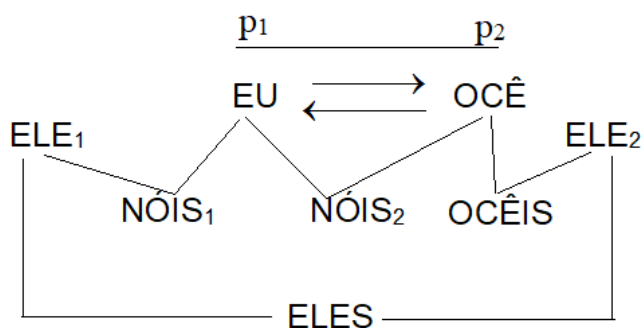
O triângulo inferior da ampulheta da lexicalização representa o momento das interações indivíduo-mundo que, como o nome já diz, é individual em cada membro da comunidade. O indivíduo ( $p_1$ ) é parte do mundo, de modo que o outro indivíduo ( $p_2$ ) com quem ele entra em interação também o é. Logo, mesmo a interação indivíduo-indivíduo é um tipo de interação indivíduo-mundo; a primeira está incluída na segunda. Na ampulheta da lexicalização isso fica evidente: a experiência com o mundo pela percepção e a consequente identificação são estritamente individuais. É claro que existe também a possibilidade de dois ou mais indivíduos "perceberem" e "identificarem" determinado fenômeno em conjunto, mas essa não é a situação prototípica. De qualquer forma, a interação indivíduo-indivíduo é uma segunda fase da interação indivíduo-mundo. Isso significa que a interação comunicativa é uma interação ecológica. Enfim, a percepção (interação indivíduo-

## ECO-REBEL

mundo) é individual, mas ela só se consolida quando pelo menos mais um outro indivíduo percebe o fenômeno em questão e compartilha essa percepção com o primeiro. Na verdade, os dois tipos de interação são as duas faces da mesma moeda. A ampulheta da lexicalização da linguística ecossistêmica mostra claramente a continuidade interação indivíduo-mundo > interação indivíduo-indivíduo. Elas estão inextricavelmente interligadas.

Na verdade, todo o vocabulário da língua existe para a (ou na) interação entre membros da população, do povo (P), ou seja, entre as pessoas ( $p_x$ ) de P. Seguindo ideias de Maturana & Varela (1998), Kravchenko (2016), Järvilehto (1998) e Cowley (2014), entre outros, podemos dizer que as pessoas de uma comunidade só existem como tais (como partes de um P) em relação ao seu contexto (T), e o entorno ou meio ambiente/território (T) de determinada comunidade só existe em função das pessoas (P) que convivem nele.

É da interação entre essas pessoas que emerge e se mantém a língua. No surgimento filogenético e ontogenético da língua e no surgimento dos pidgins e crioulos (em que nenhuma das partes conhece a língua do outro) (HOLM, 1988; COUTO, 1996), tudo começa pela emergência dos "pronomes" para designar os agentes das tentativas de interação, o que está ilustrado no esquema da figura 2.



**Emergência dos “pronomes” na ecologia da interação comunicativa**

Fig. 2

Em qualquer situação de ausência de uma linguagem comum, inicialmente uma pessoa ( $p_1$ ) do grupo se dirige a outra ( $p_2$ ). Se esta responder, inicia-se algum tipo de interação comunicativa, ou tentativa de interação comunicativa. Como toda interação comunicativa (diálogo) é "sobre alguma coisa", o de que se pode falar no começo são aqueles ou aquilo que está/estão no lado de  $p_1$ , ou que lhe pertence etc., na figura 1 chamados de  $ELE_1$ . Mas, podem referir-se também àqueles/àquilo que pertencem a  $p_2$ , provisoriamente chamado de  $ELE_2$ . Nesse momento,  $p_1$  e  $p_2$  precisam referir-

## ECO-REBEL

se um ao outro também, sendo o primeiro EU ( $p_1$ ), o que desencadeia a interação, e o segundo OCÊ ( $p_2$ ).

Com o desenvolvimento da interação, EU ( $p_1$ ) pode querer referir-se a si mais  $ELE_1$ , dando lugar ao NÓIS<sub>1</sub>, o “*nóis exclusivo*”, que não inclui o ouvinte. Se incluí-lo, teremos o NÓIS<sub>2</sub>, chamado “*nóis inclusivo*”. Se o falante ( $p_1$ , EU) desejar referir-se a seu ouvinte ( $p_2$ , OCÊ) mais  $ELE_2$ , teremos OCÊIS. Por fim, o falante pode querer referir-se a  $ELE_1$  e  $ELE_2$  em conjunto, fazendo surgir ELES. Aí temos o quadro básico dos “pronomes” da linguagem da comunidade de fala Fazenda Capivarinha e, na verdade, de grande parte dos dialetos rurais. O sistema pronominal do português urbano e do *estatal* (“padrão”) e até de grande parte das línguas europeias é aproximadamente o mesmo.

É claro que todos esses nomes são abstratos, mesmo eu tendo tentado exemplificar sempre com a linguagem da comunidade de fala Fazenda Capivarinha. Na situação concreta das línguas, cada um deles receberá um rótulo diferente, como, por exemplo, MOI para EU e TOI para OCÊ, respectivamente, em francês. Mas, a função e a significação permanecerão as mesmas. Em suma, EU designa quem fala; OCÊ, com quem se fala; ELE, de que(m) se fala, tanto  $ELE_1$  quanto  $ELE_2$ . Os demais resultam de combinações deles entre si. Aliás, os “pronomes” da figura 2 representam uma pequena parte das diversas possibilidades de combinação existentes. Por exemplo, o tupi e o guarani têm uma forma para EU mais  $ELE_1$ , ou seja, NÓIS<sub>1</sub> (*oré*) – “*nóis exclusivo*”, que exclui o ouvinte – e outra para EU mais OCÊ, isto é, NÓIS<sub>2</sub> (*jandé*) – “*nóis inclusivo*”, que inclui o ouvinte. Nas línguas da Papua-Nova Guiné há outras combinações, que dão lugar a outros “pronomes” (LAYCOCK, 1970).

Com o desenvolvimento da interação, não só entre *Dinho* e *Datim*, mas também com/entre os demais membros da família e da vizinhança, vale dizer, à medida que o contato com o entorno/mundo foi se ampliando, tornou-se necessário falar de outras coisas/fenômenos, com o que  $ELE_1$  e  $ELE_2$  começaram a ser substituídos por “*árvore*”, “*córrego*”, “*água*”, “*ar*”, “*céu*”, “*terra*”, “*João*” etc., contrariamente ao que dizem a tradição gramatical e a linguística tradicional (“os pronomes substituem os pronomes”). É claro que as demais “categorias gramaticais” também emergem na ecologia da interação comunicativa, pois os interlocutores têm necessidade de falar de ações (“*verbos*”), de qualificar as coisas (“*adjetivos*”) e assim por diante.

Como já foi sugerido, as formas em maiúsculas da figura 2 são apenas conceitos referentes aos participantes da interação comunicativa, pessoas do discurso; elas ainda não são palavras

## ECO-REBEL

propriamente ditas. A função indicada por EU pode, segundo os diversos contextos, ser preenchida por “neném” (se for uma criança falando), “o papai” ou “o degas aqui” (se for alguém falando a um grupo de amigos). Em Portugal, “o João” pode ser usado para se evitar o “tu”, o “você” ou “o senhor”, como em “O João não quer entrar?” (tu/você/o senhor não quer entrar?). Veja-se o famoso caso de “me Tarzan; you Jane”. Ao interpelarmos alguém, frequentemente usamos o nome da pessoa, como em “João!”, em vez do TU ou, no caso presente, OCÊ. Na frase politicamente incorreta de umas décadas atrás “índio quer apito”, “índio” estava para EU ou, na linguagem de nossa comunidade de fala, *eu*.

A linguística ecossistêmica trata da linguagem não como se ela existisse em um vácuo, isoladamente, mas no contexto do ecossistema a que ela pertence e do mundo em geral, ou seja, da perspectiva da visão ecológica de mundo. É isso que tento fazer neste artigo: retomar os dados e aprofundar a interpretação do ponto de vista da linguística ecossistêmica.

Como se viu, nada é gratuito. Todo topônimo tem uma função no contexto em que é usado. É interessante notar que a “orientação espacial do comportamento” a que ele serve às vezes deve ser entendida em sentido literal, ou seja, da rosa dos ventos. Sem a existência dos nomes toponímicos acima mencionados, seria impossível a existência do grupo como tal, não haveria a menor possibilidade de seus membros se orientarem, de identificarem a si mesmos e como uma comunidade distinta das circunvizinhas. Para o telurismo de 1974, podemos dizer que, por estarem territorializados no espaço da Fazenda Capivarinha, têm um forte sentimento de territorialidade para com ela. Como a zoossemiótica (SEBEOK, 1973), a sociobiologia (WILSON, 1980) e a etologia (TINBERGEN, 1963), entre outras ciências, têm demonstrado, a territorialidade está presente até mesmo nos agrupamentos de outras espécies. Sem ela, não há bases para a formação e existência do grupo.

Todos os acidentes comentados até aqui dão identidade à pequena comunidade de fala e seus nomes servem para as pessoas interagirem comunicativamente sobre eles. O ELES<sub>1</sub> e o ELES<sub>2</sub> da figura 2 podem referir-se também aos demais acidentes circundantes bem como às pessoas das redondezas. Enfim, podem referir-se a tudo de que precisem falar. O NÓIS<sub>1</sub> caracteriza também a totalidade dos membros da comunidade e os das redondezas seriam ELES em geral, sem índice. O ELES só existe porque há o NÓIS<sub>1</sub> para nomeá-lo e se referir a ele. Dada a solidariedade não apenas intragrupal, ou seja, entre os membros da Fazenda Capivarinha, mas também intergrupala,

isto é, entre eles e os das fazendas circunvizinhas, o valor local desses “pronomes” é NÓIS<sub>1</sub> + ELES, não NÓIS<sub>1</sub> *versus* ELES. Tanto que, para “eles vão conosco”, se diz *eles vai mais nós*.

### 5. Observações finais

Infelizmente, a comunidade Fazenda Capivarinha não existe mais, o que mostra que comunidade de fala tem uma história e que a história de qualquer comunidade de fala tem um começo e pode ter um fim. Algumas das pessoas que constituíam o P dessa comunidade ainda sobrevivem, mas dispersas por diversos lugares, todos eles distantes do ex-território (T) da comunidade. Essas pessoas ainda têm memória de grande parte do que foi comentado acima. No entanto, como saíram do T original, a comunidade de fala se desfez.

É claro que o trato de terra que foi o T da comunidade ainda está lá, mas, mesmo assim, não exatamente como era durante a existência dela. Para começo de conversa, a cerca de arame farpado que estabelecia os limites físicos da comunidade já não existe. Existem outras cercas, delimitando outras fazendas, às vezes limitando com a antiga comunidade, às vezes sobrepondo-se a parte dela. Mesmo o lado estritamente físico, e talvez químico, do T se alterou.

As árvores e a vegetação em geral já não são as mesmas. Grande parte dos animais silvestres e domésticos, bem como dos microorganismos, desapareceu, inclusive devido ao uso de pesticidas e agrotóxicos. Nem o pasto original de capim *provisório*, nem o angical, nem a casa e tudo que a rodeava existem mais. Até o aroma do ar deve ser diferente. Como nos dizem os ecólogos, há uma sucessão ecológica, com um constante fluxo de energia nos ecossistemas, de modo que os ciclos biogeoquímicos são diferentes em cada sere (ODUM, 1975, p. 75ss.).

A comunidade é um fenômeno psicossocial e psicofísico. Como é um ecossistema, ela consta de interações (I=L), entre um grupo de interagentes, os agentes dessas interações (P), que se encontram em algum lugar (T). Como se deduz do que disseram Ratzel e Semple acima, o pressuposto inicial de tudo é T, o lugar, mas, ele não é suficiente. É necessário que haja também os atores, as pessoas que inclusive legitimarão o lugar como T. A argamassa que une os membros de P (p<sub>1</sub>, p<sub>2</sub>, p<sub>3</sub>, ..., p<sub>n</sub>) é, sobretudo, a linguagem (L), formada e usada pelas próprias pessoas.

Enfim, além das pessoas (P) e de grande parte das coisas que constituíam seu T, também os nomes (L) dessas coisas desapareceram. Apenas o terreno (a terra física, o solo) não pode ser considerado como resquício da extinta comunidade de fala. Tanto que hoje em dia, ninguém no local sabe o que designavam palavras como *Nosso Corguinho*, *a Arvinha*, *As Cana* ou o *Oi d'Água*. O pequeno



## ECO-REBEL

córrego (*Nosso Corguinho*) e a nascente (*Oi d'Água*) ainda estão lá, mesmo que bastante debilitados, mas, os topônimos que se referiam a eles desapareceram juntamente com as pessoas e sua linguagem. Não existe mais a comunidade de fala Fazenda Capivarinha.

### Nota

1. Para detalhes sobre os microantropônimos/etnoantropônimos que aparecem aqui, ver Couto (1974, 2016).

2. Para mais pormenores sobre os conceitos de ecossistema natural, mental e social da língua, ver Couto (2015).

### Referências

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. *O conhecimento etnobotânico dos kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. Tese de doutorado, UnB, 2014. Disponível em:

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16472/1/2014\\_GilbertoPaulinodeAraújo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16472/1/2014_GilbertoPaulinodeAraújo.pdf)

CASTRO, Maria Célia D. O homem, o lugar e a língua: uma investigação da influência antroponímica na toponímia maranhense. In: COUTO, Elza; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.), 2015, p. 30-43.

COUTO, Hildo Honório do. *O falar capelinhense: uma visão sociolinguística*. Londrina: EUL, 1974. Disponível em <http://aarvinha.blogspot.com/2018/02/o-falar-capelinhense-uma-visao.html> (2018).

\_\_\_\_\_. *Uma introdução à semiótica*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1983.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. A linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 1, n. 1, 2015, p. 47-81. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>

\_\_\_\_\_. Comunidade de fala revisitada. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 2, n. 2, 2016, p. 59-75. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690/8558>

\_\_\_\_\_. A metodologia na linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)* v. 4, n. 2, 2018, p. 18-33. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>

## ECO-REBEL

- COUTO, Elza; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica*. Brasília: Thesaurus, 2015.
- COWLEY, Stephen. Bio-ecology and language: a necessary unity. *Language sciences* v. 4, 2014, p. 60-70.
- DAMÁSIO, António. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ª reimpressão, 2002.
- GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.
- HOLM, John. *Pidgins and creoles I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- JÄRVILEHTO, Timo. the theory of the organism-environment system: I. Description of the theory. *Integrative Physiological and Behavioral Science* v. 33, n. 4, 1998, p. 321-334.
- KRAVCHENKO, Alexandr V. Prolegomena to a new language science. Актуальные проблемы филологии и педагогической лингвистики, v. 2, 2016. С. 7—14. Владикавказ: Изд. СОГУ им. К.Л.Хетагурова
- LAYCOCK, Donald C. *Materials in New Guinea Pidgin*. Canberra: Pacific Linguistics, 1970.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Palas Athena, 1988.
- NASH, Joshua. Placenames and Ecolinguistics: Some Considerations for Toponymists. *Arbeiten aus Anglistik und Amerikanistik - AAA*, Band 40, Heft 1-2, 2015, p. 67-71.
- ODUM, Eugene P. 1975. *Ecologia*. São Paulo: Pioneira/INL/MEC, 2ª. ed.
- POTTIER, Bernard. *Systématique des éléments de relation: étude de morphosyntaxe structurale romane*. Paris: Librairie Klincksieck, 1962.
- PREZIOSI, Donald. Towards a relational theory of culture. *The third LACUS Forum*. Columbia, S.C.: Hornbeam Press, 1977, p. 278-286.
- RATZEL, Friedrich. 1923. *Politische Geographie*. Munique: Oldendurg (original de 1897).
- SAPIR, Edward. 2016. Língua e ambiente. In: COUTO, Hildo; COUTO, Elza; ARAÚJO, Gilberto; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016, p. 35-55.
- SEBEOK, Thomas. Estruturas zoo-semióticas. *Revista de cultura Vozes* 5, 1973, p. 11-22.
- SEMPLE, Ellen Churchill. *Influences of geographic environment*. N. York: Henry Rolt & Company, 1941 (original de 1911).

## ECO-REBEL

SIQUEIRA, Kênia Mara F. Do Vai-Vem passando Entre Rios até Ipameri (GO): Considerações acerca da mudança toponímica. In: COUTO, Elza; ALBUQUERQUE, Davi (orgs.), 2015, p. 12-29.

TINBERGEN, N. On aims and methods of ethology. *Zeitschrift für Tierpsychologie* v. 20, 1963, p. 410-433.

WILSON, Edward Osborne. *Sociobiology*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press, 1980.

Aceito em 10 de março de 2020.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 6, N. 2, 2020.